



514
Top.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0003125-74.2013.8.17.0000 (0299587-9)

EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
EMBARGADO : MOURA DUBEX ENGENHARIA E
EMPREENHIMENTOS S/A
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO - ERRO MATERIAL QUE NÃO É SUFICIENTEMENTE APTO A ENSEJAR A SUA NULIDADE - PARTE QUE NÃO PODE SER PREJUDICADA POR ERRO COMETIDO POR SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA - IMPRECISÃO QUANTO À DATA DA INTIMAÇÃO - INOCORRÊNCIA - RECURSO TEMPESTIVO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - A certidão de intimação da decisão agravada constou "Ação Popular" ao invés de "Ação Civil Pública" (que é o *nomen juris* da ação primeva). Entrementes, tal fato não resulta na nulidade da referida certidão, porquanto a referência ao número do processo e o nome das partes são suficientemente aptos para identificar o feito de origem, devendo, *in casu*, ser superado tal vício, ante os princípios da instrumentalidade das formas, insito no art. 244, do CPC e da *pas des nullités sans grief*.

II - Ademais, não é lícito prejudicar a parte por simples erro quanto ao *nomen juris* da ação contido em certidão emitida por serventuário da Justiça, quando presentes outras informações que são bastante para identificar o feito.

III - A certidão de intimação acostada aos autos para comprovar a tempestividade do recurso de agravo menciona que o representante legal da empresa agravante, ora embargada, foi intimado na data de sua expedição e, em seguida, notícia que a referida intimação ocorreu através do expediente de nº 2013.0178.000254, juntado aos autos às fls. 176/177. No entanto tais datas coincidem, porquanto, de acordo com informações extraídas do sistema eletrônico Judwin 1º grau, o expediente de nº 2013.0178.000254 foi juntado aos autos no dia 11.03.2013, ou seja, na mesma data em que foi expedida a referida certidão, restando inequívoca, portanto, a tempestividade do agravo de instrumento.

IV - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.



515
Fp.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0299587-9, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público, à unanimidade, conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

516
Top.

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0003125-74.2013.8.17.0000 (0299587-9)

EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
EMBARGADO : MOURA DUBEX ENGENHARIA E
EMPREENHIMENTOS S/A
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo contra o acórdão de fls. 477/488, emergente do julgamento do agravo de instrumento de nº 0299587-9, provido, por unanimidade, restando prejudicado o agravo regimental manejado pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco. O v. Acórdão encontra-se assim ementado:

"EMENTA: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR - INDEFERIMENTO DA EXORDIAL - NÃO ACOLHIMENTO - PRESCRIÇÃO - ANÁLISE PREJUDICADA - PROVIMENTO LIMINAR CONCEDIDO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EMBARGO DE OBRA - REQUISITOS - INOCORRÊNCIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO - AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO - DECISÃO UNÂNIME.

I - Não há que se cogitar o indeferimento da exordial, sem que seja a parte intimada para promover a citação do litisconsórcio necessário (art. 47, parágrafo único, do CPC).

II - O agravo de instrumento tem campo de devolutividade estrito, não comportando a abertura atribuída à apelação. Desta forma, o exame das questões relativas à prescrição pelo Tribunal *ad quem* implicaria, na espécie, supressão de instância, por não ter sido este tema objeto de apreciação pelo Juízo de primeiro grau. Precedentes do c. STJ e deste TJPE.

III - No caso em espécie, o autor/agravado sustenta a nulidade dos processos administrativos que resultaram na concessão de licença para construir ao agravante, sob o fundamento de que este não cumpriu com os prazos para regularização de seu projeto apresentado perante o Poder Público Municipal, vilipendiando dispositivos da Lei 16.292/97 e da Portaria 47/97.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

514
Top.

IV - Em uma análise preliminar decorrente de cognição sumária, não há como acolher a alegação do agravante de que houve convalidação dos supostos vícios ventilados pela autora/agravada, quando da expedição do alvará de construção, tendo em vista que, para que um ato seja convalidado é imperiosa a declaração expressa da Administração nesse sentido.

V - O art. 189, da Lei nº 16.292/97 estabelece a necessidade de que a Prefeitura comunique os interessados sobre a norma legal ou regulamentar infringida, os erros ou omissões constatados, dando-lhes prazo para fazer as correções necessárias. Nesse ser assim, em não havendo prova nos autos de que a agravante tenha sido regularmente cientificada das exigências para aprovação de seu projeto, conforme determina o art. 189, da Lei Municipal nº 16.292/97, não há como ser contado o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento de tais exigências, consoante preceitua a Portaria nº 47/97.

VI - A ausência de notificação para o cumprimento das exigências formuladas pela Administração Pública Municipal constitui fato negativo de, se não impossível, difícil prova pela parte agravante.

VII - Ademais, insta ressaltar que, em princípio, o agravante cumpriu com as exigências legais para obter a licença de construção, nos termos da Lei nº 16.176/96, aplicável ao caso por força do disposto no art. 57, da Lei 16.719/01, fato este que não está sendo impugnado pela parte autora/agravada, tendo em vista que o alegado vício na tramitação do processo administrativo teria ocorrido à vista do suposto descumprimento do prazo para atendimento das exigências requeridas pela municipalidade.

VIII - Saliente-se, por oportuno, o entendimento doutrinário segundo o qual, mesmo nas hipóteses de obras construídas em conformidade com as exigências legais, mas que não possuam os projetos e licenças respectivas, podem ser regularizados pelo Ente Público Municipal através do denominado alvará de conservação. Inocorrência, *in casu*, do *fumus boni juris* para o deferimento do provimento liminar de natureza cautelar impugnado.

IX - De outro lado, observa-se que o *periculum in mora* milita em favor do réu/agravante proveniente dos prejuízos que certamente este e os adquirentes das unidades imobiliárias suportarão em razão de paralisação de uma obra que fora iniciada com o aparente cumprimento das disposições legais pertinentes.

X - Agravo de instrumento provido. Agravo regimental julgado prejudicado. Decisão unânime."

¹ Lei 16.719/01, Art. 57. Os processos, compreendendo os imóveis situados na ARU e referentes a projetos iniciais e/ou alteração durante a obra, Ingressos nas Coordenadorias Regionais até o dia 10/06/2001, com exceção dos localizados na área do Poço da Panela, terão suas análises baseadas na Lei nº. 16.176/96 e demais legislação em vigor à época.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

518
106

2. Aduz o embargante, em síntese crítica, como fundamento objetivo do recurso de integração, que a prestação jurisdicional se afigura incompleta, dada a circunstância de que o acórdão embargado restou omissa acerca de pontos relevantes da lide sobre os quais deveria pronunciar-se expressamente, daí advindo, portanto, no particular, o vício de compreensão que o acoima de nulidade.

Menciona que, conquanto tenha sido alegado no agravo regimental, o acórdão recorrido restou omissa quanto à deficiência na formação do instrumento do agravo, porquanto o agravante, ora embargado, teria acostado aos autos certidão contendo imprecisões que a torna imprestável para finalidade a que se destina, qual seja, a comprovação da tempestividade do recurso.

Segundo o embargante, a referida certidão de intimação se acha acoimada dos seguintes vícios: i) faz referência indevida a uma "ação popular" e ii) traz indicação imprecisa da data em que o representante legal da empresa agravante/embargada tomou ciência da decisão agravada, na medida em que tal certidão *"informa que o representante legal foi intimado na data da expedição da certidão, ou seja, 11/03/2013 e, ao mesmo tempo, esclarece que a intimação se deu através do expediente nº 2013.0178.000254, juntado aos autos no dia 26/02/2013."*

Forte nisso, pugna pelo provimento de seus embargos aclaratórios com efeitos infringentes, para que seja suprida a omissão apontada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o desate da controvérsia.

Recife, 21 de 09 de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



519
JP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0003125-74.2013.8.17.0000 (0299587-9)

EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
EMBARGADO : MOURA DUBEX ENGENHARIA E
EMPREENDEIMENTOS S/A
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO - ERRO MATERIAL QUE NÃO É SUFICIENTEMENTE APTO A ENSEJAR A SUA NULIDADE - PARTE QUE NÃO PODE SER PREJUDICADA POR ERRO COMETIDO POR SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA - IMPRECISÃO QUANTO À DATA DA INTIMAÇÃO - INOCORRÊNCIA - RECURSO TEMPESTIVO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - A certidão de intimação da decisão agravada constou "Ação Popular" ao invés de "Ação Civil Pública" (que é o *nomen juris* da ação primeva). Entrementes, tal fato não resulta na nulidade da referida certidão, porquanto a referência ao número do processo e o nome das partes são suficientemente aptos para identificar o feito de origem, devendo, *in casu*, ser superado tal vício, ante os princípios da instrumentalidade das formas, insito no art. 244, do CPC e da *pas des nullités sans grief*.

II - Ademais, não é lícito prejudicar a parte por simples erro quanto ao *nomen juris* da ação contido em certidão emitida por serventuário da Justiça, quando presentes outras informações que são bastante para identificar o feito.

III - A certidão de intimação acostada aos autos para comprovar a tempestividade do recurso de agravo menciona que o representante legal da empresa agravante, ora embargada, foi intimado na data de sua expedição e, em seguida, notícia que a referida intimação ocorreu através do expediente de nº 2013.0178.000254, juntado aos autos às fls. 176/177. No entanto tais datas coincidem, porquanto, de acordo com informações extraídas do sistema eletrônico Judwin 1º grau, o expediente de nº 2013.0178.000254 foi juntado aos autos no dia 11.03.2013, ou seja, na mesma data em que foi expedida a referida certidão, restando inequívoca, portanto, a tempestividade do agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

520
JP

IV - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a existência de omissão no acórdão de fls. 477/488, emergente do julgamento do agravo de instrumento de nº 0299587-9, o Ministério Público do Estado de Pernambuco opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado, inclusive para efeito de sua modificação (fins infringenciais ou modificativos).

2. Segundo o embargante o Acórdão embargado restou omisso por não ter se pronunciado sobre o argumento agitado no agravo regimental, no sentido de que a certidão de intimação da decisão agravada não se presta a para comprovar a tempestividade da interposição do recurso de agravo, à vista das imprecisões nela contidas.

3. Ladeando o fato de que tal questão não foi levantada nas contrarrazões do agravo, mas tão somente nas razões do agravo regimental, que fora julgado prejudicado em razão do julgamento do mérito do agravo de instrumento, tenho que tal recurso de integração não merece prosperar. Vejamos:

A certidão de intimação da decisão agravada se acha erigida nos seguintes termos (v. fl.37):

"CERTIFICO, por me haver sido verbalmente pedido que, por esta secretaria da 3ª Vara da Fazenda Pública, tramitam dos autos da Ação Popular, tombada sob o nº 0004628-30.2013.8.17.0001, promovido pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco contra o Município do Recife.

CERTIFICO mais que, nesta data, a empresa Moura Dubeux, através de seu representante legal, foi intimada da decisão interlocutória de fls. 170/170v, através do expediente nº 2013.0178.000254-3ªVFP, juntado aos autos às fls. 176/177.

O referido é verdade. Dou fé.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, aos onze (11) dias do mês de março do ano de dois mil e treze (2013). Eu, ____, Chefe de Secretaria, subscrevo. a) Marinaldo Robson de Menezes." (original sem os grifos)



521
106

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

4. De prêmio, impende destacar que, conquanto a certidão supra transcrita mencione "Ação Popular" ao invés de "Ação Civil Pública" (que é o *nomen juris* da ação primeva), tal fato não se me afigura apto a ensejar a nulidade da referida certidão, porquanto a referência ao número do processo e o nome das partes são suficientes para identificar o feito de origem, devendo, *in casu*, ser superado tal vício, ante os princípios da instrumentalidade das formas, ínsito no art. 244, do CPC e da *pas des nullités sans grief*.

A propósito, a Corte de Uniformização da Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ já assentou que:

"O atual CPC prestigia o sistema que se orienta no sentido de aproveitar ao máximo os atos processuais, regularizando sempre que possível as nulidades sanáveis" (STJ - RT 659/183)

5. Ademais, não se pode olvidar que, em razão da importância dos atos praticados pelos serventuários da Justiça para o exercício da função jurisdicional, gozam estes de fé pública, nos termos do art. 364, do Código de Ritos:

Art. 364. O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrevão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.

Destarte, a fé pública dos atos praticados pelos serventuários da Justiça decorre desse poder outorgado pela lei, de sorte que tais atos gozam de presunção *juris tantum* de veracidade.

Nesse diapasão, o c. Superior Tribunal de Justiça já assentou que o erro cometido por serventuário da Justiça, não pode acarretar prejuízo à parte, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E SIM ERRO MATERIAL DO SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA ALHEIO A VONTADE DA PARTE.

1. certidão emitida por serventuário da justiça é dotada de fé pública e goza de presunção "juris tantum" de veracidade, que pode ser ilidida por prova em contrário.



522
TJP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

2. O erro cometido por serventuário da justiça, não pode acarretar prejuízo à parte.

3. Inexiste prejuízo para a agravante, considerando que, com a subida dos autos, será renovado o juízo de admissibilidade do especial, ocasião em que serão aferidos novamente todos os pressupostos recursais.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AgRg no Ag 1097814, Relator: Ministra Eliana Calmon, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data do Julgamento: 04/08/2009.) (original sem os grifos)

A propósito, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, quando do Julgamento do Recurso Especial nº 960.280 - RS, afirmou de forma escoreita que: *"Imprescindível, portanto, proteger a confiança e a boa-fé das partes frente a erro ou a omissão de serventuários da Justiça na disponibilização de informações processuais"*.

Em igual diretriz, colham-se os seguintes escólios do Tribunais pátrios:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ERRO CARTORÁRIO. EM OCORRENDO IRREGULARIDADE NA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO EXPEDIDA PELO CARTÓRIO, QUANTO À DATA DE PUBLICAÇÃO, NÃO PODE A PARTE SER PREJUDICADA POR TAL ERRO. AGRAVO PROVIDO. (TJ-PR - AI: 3163724 PR 0316372-4, Relator: Paulo Habith, Data de Julgamento: 18/04/2006, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 7122)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPESTIVIDADE. ERRO CARTORÁRIO. Em ocorrendo irregularidade na certificação da nota de expediente pelo cartório, quanto à data de publicação, não pode a parte ser prejudicada por tal erro. Agravo provido." (TJRS, 5ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento nº 70006822860, Porto Alegre, Relatora: Des. Marta Borges Ortiz, julg. 1º/08/03)

Nesse talante, não é lídimo prejudicar a parte por simples erro quanto ao *nomen juris* da ação contido em certidão emitida por serventuário da Justiça, mormente quando presentes outras informações que são suficientes para identificar o feito.

6. Alegou ainda o embargante que a certidão em questão não se presta a comprovar a tempestividade do recurso de agravo de instrumento, tendo em vista que, em sendo considerado que a intimação foi realizada através do expediente 2013.0178.000254, juntado aos autos no dia 26.02.2013, tal



523
TJP.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

recurso de agravo seria intempestivo, porquanto fora protocolado apenas no dia 12.03.2013. Sem razão, contudo.

7. Diversamente do alegado pelo embargante, a certidão não consta qualquer equívoco quanto à data em que houve intimação do agravante/embargado da decisão recorrida. Explico:

A certidão de intimação acostada aos autos para comprovar a tempestividade do recurso de agravo menciona que o representante legal da empresa agravante, ora embargada, foi intimado na data de sua expedição e, em seguida, notícia que a referida intimação ocorreu através do expediente de nº 2013.0178.000254, juntado aos autos às fls. 176/177.

Ocorre que tais datas coincidem, porquanto, de acordo com informações extraídas do sistema eletrônico Judwin 1º grau, o expediente de nº 2013.0178.000254 foi juntado aos autos no dia 11.03.2013, ou seja, na mesma data em que foi expedida a referida certidão.

Nessa contextura, não há imprecisão quanto à data em que o agravante/embargado foi intimado da decisão agravada, tendo em vista que a data da expedição da certidão corresponde à data em que o expediente a que se refere a aludida certidão foi acostado aos autos.

Desta forma, considerando que agravante/embargado foi intimado da decisão recorrida no dia 11.03.2013 e interpôs o seu agravo no dia 12.03.2013 resta inequívoca a tempestividade de seu recurso.

8. Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pela rejeição dos presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada